



IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

2ª PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES:

1. O candidato está recebendo uma prova, que constará de uma sentença penal e duas questões, bem como uma capa contendo folhas pautadas e em branco. A identificação será feita somente na capa da prova, com o nº de inscrição, Estado, nome e assinatura. Após a identificação na capa da prova, o local indicado será lacrado pelo fiscal;
2. A prova possui 04 (quatro) folhas numeradas, devendo ser conferida pelo candidato antes de seu início;
3. Nesta prova o candidato poderá consultar legislação, desacompanhada de qualquer comentário, jurisprudência ou súmulas;
4. Na redação das provas escritas o candidato usará caneta de tinta indelével ou máquina de escrever própria. A redação deve ser feita de forma legível.
5. A prova terá duração de 05 (cinco) horas, improrrogáveis;
6. Todas as folhas utilizadas pelos candidatos deverão ser devolvidas, inclusive as de rascunho.



IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

2ª PROVA ESCRITA

1ª QUESTÃO: Prolate sentença penal, considerando o texto anexo como relatório, devendo elaborar somente os fundamentos e o dispositivo da sentença.

Os irmãos Tício Albanus e Mévio Albanus, juntamente com Terência Máximo, dirigiram-se para território paraguaio onde, em Ciudad Del Este, adquiriram meio quilo de cocaína e quatro pistolas marca Beretta, de fabricação italiana, com a finalidade de vender os bens em território brasileiro. Após atravessarem a ponte que liga a cidade paraguaia a Foz do Iguaçu/PR, procuraram entrar em contato com alguém que dispusesse de um veículo para transportar as mercadorias até Florianópolis, onde desejavam negociá-las. Após obterem informações com amigos, localizaram Nero Flaviano e Caio Brutus a quem propuseram uma participação no lucro, equivalente a dez por cento do ganho obtido, para transportarem em segurança os bens comprados no Paraguai até a capital catarinense, onde os primeiros os esperariam na Rua Porto Alegre, nº 200, em dia e hora marcados, local onde funcionava a farmácia Esperança de propriedade de Terência. Para transportar as mercadorias, Brutus e Nero muniram-se de carteiras de motorista e identidade falsificadas, pois não dispunham de licença para dirigir, tendo-as apresentado à fiscalização estradal em duas oportunidades, durante o trajeto sem que os fiscais notassem a falsificação. Alertada da trama, a polícia federal, munida de mandado de busca e apreensão, preparou uma espera e, tão logo Nero e Brutus chegavam ao local estabelecido e entregavam a mercadoria a Tício, Mévio e Terência, isso às 17h do dia 05.05.99, os policiais, dirigidos pelo delegado federal Antonino Brúcio, invadiram a casa e realizaram a apreensão dos bens comprados no Paraguai. Lavrado o flagrante e o auto de apreensão, elaboraram-se indagações policiais, tendo Mévio confessado toda a atividade dos cinco parceiros, inclusive a proposta de percentagem oferecida a Nero e Brutus, e por eles aceita. As mercadorias foram enviadas para perícia. Constataram os experts que a substância branca encontrada na diligência era cocaína, relacionada, pelo serviço competente



do Ministério da Saúde, como entorpecente, capaz de causar dependência física ou psíquica, de valor inestimável, por se tratar de bem de comercialização proibida. As armas periciadas eram efetivamente fabricadas na Itália pela fábrica Beretta, estando proibida sua importação pelo Ministério da Justiça, sendo avaliadas, cada uma, em R\$ 1.600,00. O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra os cinco envolvidos nos fatos, capitulando suas condutas nos arts. 12 e 14, cominados com o art. 18, III, todos da Lei nº 6.368/76; 334, 288 e 304, combinado este último com o art. 299, todos do Código Penal. Os delitos acima capitulados configuram concurso material de delitos, em conformidade com o art. 69 do Código Penal, tendo sido praticados em co-autoria, segundo previsão contida no art. 29 do mesmo diploma legal.

Foi colhida a prova judicial. Dela constam os interrogatórios dos acusados, tendo todos negado participação nos crimes a eles imputados, salvo Mévio que reiterou a ampla confissão já feita perante a polícia.

Foram ouvidos o delegado federal Antonino Brúcio e um dos funcionários que participou da apreensão, narrando todo o ocorrido e as providências tomadas na diligência, além da lavratura do flagrante e remessa dos bens apreendidos à perícia. Como tivessem sido apreendidas as carteiras de motorista e identidade em poder de Brutus e Nero, foram remetidas à perícia criminalística onde se identificou a falsidade, lavrando-se laudo circunstanciado e fundamentado, comprovando a falsidade que viciava os documentos usados pelos dois co-réus.

Foram ouvidas testemunhas de defesa sobre condutas antecedentes dos acusados.

Na prova colhida, ficou demonstrado que o co-réu Tício, de 44 anos, já havia sido anteriormente condenado criminalmente à pena de três anos de reclusão, confirmada pelo segundo grau, tendo sido interposto recurso especial, com seguimento não admitido, estando-se a aguardar o julgamento do agravo interposto ao tempo da prática do fato ora em julgamento. Posteriormente, o agravo foi improvido. Mévio nunca fora processado, embora contra ele tivesse sido decretada prisão provisória. A ação penal não chegou a ser promovida, ante a constatação, pelo Ministério Público, de ocorrência de prescrição com base na pena cominada. Terência nada registra de anormal em sua conduta, tendo participado de uma associação de farmacêuticos que distribuía remédios a pessoas necessitadas. Brutus e Nero, confessaram, em seus interrogatórios,



que já se haviam envolvido em pequenos descaminhos na fronteira, assim como participavam de “safáris” destinados a caçar animais silvestres, embora na polícia não constasse nenhum registro dessas ocorrências.

Encerrada a instrução sem novas diligências, os defensores dos acusados produziram alegações finais, após a manifestação do Ministério Público. Esse reiterou o pedido de condenação nos mesmos termos da denúncia, ao passo que os advogados postularam a absolvição de seus defendidos por negativa de autoria, sendo que o de Mévio alegou que, diante do princípio da delação premiada, deveria ele ser absolvido das imputações feitas pelo *parquet* ou, alternativamente, ter a pena reduzida de 2/3, em decorrência de analogia *in bonam partem* na aplicação de minorante contida em lei especial.

É o relatório.



2ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

Considerando, (a) a presunção de constitucionalidade dos preceitos normativos, (b) o disposto no art. 97 da Constituição (“Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público”); e (c) que as medidas antecipatórias se fundam em mero juízo de verossimilhança, pergunta-se: é cabível, no primeiro grau, a concessão de medida liminar sob o fundamento de inconstitucionalidade de uma lei?

3ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

Conceitue ato jurídico, especificando as seguintes categorias: fato jurídico *stricto sensu*, ato-fato jurídico, ato jurídico *stricto sensu*, negócio jurídico e ato ilícito.